

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

PLANTA REGIÃO I

	2015	2014	14.363	Var. %	(7,25)
FIXA	9.187	10.095			(8,99)
VELOX	3.403	3.538			(3,82)
TV	732	730			0,27

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2015 com 13 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7,25% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 56,4%, segundo a ANATEL (*).

No Velox encerramos 2015 com uma base de 3,4 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 3,82% em relação a 2014.

A planta de TV da Oi fechou 2015 com 732 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 0,27% em relação a 2014.

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/dez/2015.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 21.707 milhões em 2015, um decréscimo de 5% em relação ao ano anterior.

A TMAR registrou EBITDA de R\$ 5.236 milhões em 2015, um decréscimo de 29% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2015 com um prejuízo líquido de R\$ 2.196 milhões, representando decréscimo de 496% em relação a 2014.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2015. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento do Grupo Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.402.504	1.178.789	2.272.222	1.897.899
Aplicações financeiras	9	67.779	147.198	136.668	187.379
Instrumentos financeiros derivativos	18	378.477	103.159	378.477	103.159
Contas a receber	10	3.921.861	4.128.424	6.982.060	6.411.775
Estoque		68.610	75.598	317.336	450.152
Tributos correntes a recuperar	11	165.976	429.915	522.396	772.166
Outros tributos	12	419.953	487.572	712.383	806.748
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	184.485	197.334	27.940	
Depósitos e bloqueios judiciais	13	324.885	224.723	370.778	252.043
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			53	120
Demaís ativos		816.436	523.354	1.333.090	1.056.230
		7.750.966	7.496.066	13.053.403	11.937.671
Não circulante					
Aplicações financeiras	9			105.386	92.819
Instrumentos financeiros derivativos	18	1.168.813	668.172	1.168.813	668.172
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (i)	103.500	250.101	103.500	250.101
Créditos com partes relacionadas	25	885.628	1.142.126	887.364	1.651.716
Tributos diferidos a recuperar	11	1.547.687	2.135.276	2.400.949	3.222.551
Outros tributos	12	322.296	356.433	465.202	543.143
Depósitos e bloqueios judiciais	13	3.810.900	3.593.791	4.692.293	4.373.890
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			4.839	3.604
Demaís ativos		165.790	193.552	257.718	290.249
Investimentos	14	9.567.099	9.321.314	140.817	134.338
Imobilizado	15	11.729.055	11.624.437	19.999.100	20.151.843
Intangível	16	609.809	664.928	3.057.228	3.439.529
		29.910.577	29.950.130	33.283.209	34.821.945
Total do ativo		37.661.543	37.446.196	46.336.612	46.759.616
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Salários, encargos sociais e benefícios		238.872	308.259	491.378	540.493
Fornecedores		1.860.118	1.878.763	4.995.973	4.161.355
Emprestimos e financiamentos	17	2.259.612	1.867.995	2.538.653	2.587.850
Instrumentos financeiros derivativos	18	98.505	79.845	98.505	79.845
Tributos correntes a recolher	11	12.016	32.902	226.312	328.555
Outros tributos	12	327.100	430.833	762.281	829.366
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	850.559	951.702	850.559	853.419
Autorizações e concessões a pagar	19		76.949	911.930	635.912
Programa de refinanciamento fiscal	20	30.945	36.731	35.739	41.451
Provisões para fundos de pensão	24			252	261
Provisões	21	293.613	321.746	398.782	421.276
Demaís obrigações	22	177.778	123.151	1.206.249	956.323
		6.149.118	6.008.876	12.526.613	11.436.106
Não circulante					
Emprestimos e financiamentos	17	11.415.590	8.462.781	12.903.151	11.074.331
Instrumentos financeiros derivativos	18			15.241	15.241
Outros tributos	12	327.377	334.835	798.084	786.115
Autorizações e concessões a pagar	19			6.607	685.975
Programa de refinanciamento fiscal	20	239.273	387.119	279.695	428.862
Provisões para fundos de pensão	24			36	85
Provisões	21	1.430.298	1.591.547	1.605.641	1.768.417
Demaís obrigações	22	1.278.073	1.582.342	1.394.971	1.501.029
		14.690.611	12.373.865	16.988.185	16.260.055
Patrimônio líquido	23				
Capital social		11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092
Reservas de capital		1.667.378	1.667.378	1.667.378	1.667.378
Reservas de lucro		3.626.060	5.822.332	3.626.060	5.822.332
Ágio em transações de capital e variações de percentagem de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
Justa de avaliação patrimonial		(41.736)	3.633	(41.736)	3.633
Total do patrimônio líquido		16.821.814	19.063.455	16.821.814	19.063.455
Total do passivo e patrimônio líquido		37.661.543	37.446.196	46.336.612	46.759.616
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receitas de vendas e/ou serviços	4	10.428.130	11.600.016	21.706.467	22.870.845
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(7.755.664)	(8.138.108)	(13.347.148)	(13.415.718)
Lucro bruto		2.672.466	3.461.908	8.359.319	9.455.127
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	309.367	527.807	(4.696)	(7.587)
Despesas com vendas	5	(1.777.582)	(2.226.421)	(3.958.710)	(4.703.171)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.119.356)	(1.150.036)	(2.472.374)	(2.379.082)
Outras receitas operacionais	6	1.061.690	3.294.980	1.297.909	3.533.526
Outras despesas operacionais	6	(971.294)	(1.063.636)	(1.928.983)	(2.084.479)
		(2.497.175)	(617.300)	(7.066.854)	(6.540.793)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		175.291	2.844.602	1.292.465	3.814.334
Receitas financeiras	7	623.809	605.226	902.690	886.289
Despesas financeiras	7	(2.371.684)	(2.318.769)	(3.330.660)	(3.172.109)
Resultado financeiro	7	(1.747.875)	(1.713.543)	(2.400.970)	(2.285.820)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		(1.572.584)	1.131.059	(1.108.505)	1.528.514
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(129.646)	(18.370)	(439.019)	(390.242)
Diferido	8	(494.042)	(558.462)	(648.748)	(584.045)
		(623.688)	(576.832)	(1.087.767)	(974.287)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(2.196.272)	554.227	(2.196.272)	554.227
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos controladores		(2.196.272)	554.227	(2.196.272)	554.227
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	23(f)	(6,38)	1,61	(6,38)	1,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(2.196.272)	554.227	(2.196.272)	554.227
Perda de contabilidade de "hedge"	(87.367)	(9.379)	(87.367)	(9.379)
Ganho atuarial reflexo	1.555	1.683	1.555	1.683
Variação de participação de investimentos	11.267		11.267	
Resultado abrangente antes dos impostos	(2.270.817)	546.531	(2.270.817)	546.531
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:				
Contabilidade de "hedge"	29.705	3.189	29.705	3.189
Ganho atuarial reflexo	(529)	(572)	(529)	(572)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.241.641)	549.148	(2.241.641)	549.148
Resultado abrangente atribuído ao controlador	(2.241.641)	549.148	(2.241.641)	549.148

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do IR e contribuição social	(1.572.584)	1.131.059	(1.108.505)	1.528.514
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	2.378.492	1.025.125	2.701.840	1.458.350
Depreciação e amortização	2.100.611	1.750.355	3.938.397	3.540.194
Perdas sobre contas a receber	183.490	163.234	461.274	415.327
Provisões	231.511	253.247	419.196	415.819
Provisão para fundos de pensão			90	103
Equivalência patrimonial	(309.367)	(527.807)	4.696	7.587
Perda na baixa de ativo permanente	134	554	1.970	994
Taxa de Promoção do Contrato de Concessão - ANATEL	52.500	78.949	58.507	83.678
Participação de empregados e administradores	84.785	130.278	156.144	192.847
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(1.100.728)	(101.663)	(1.100.728)	(101.663)
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(129.996)	(104.530)	(204.935)	(158.139)
Atualização monetária de provisões	68.592	89.672	103.714	118.364
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	42.241	44.690	46.066	49.912
Dividendos prescritos	(921)	(10.116)	(921)	(10.116)
Recursos obtidos na venda de investimentos	(26.173)	(244.028)	(244.028)	(244.028)
Outros	(36.173)	698.466	(4.006)	782.186
	1.992.387	2.178.486	5.472.799	5.883.029
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	23.073	(446.277)	(1.031.288)	(1.038.792)
Estoque	6.988	8.639	83.328	(36.653)
Tributos	292.459	(461.729)	431.509	(211.436)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(528.905)	(865.375)	(1.540.482)	(3.283.603)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	611.298	811.739	1.607.900	3.473.185
Fornecedores	(513.286)	(78.035)	454.634	479.899
Salários, encargos sociais e benefícios	(154.172)	(90.491)	(257.605)	(105.918)
Provisões	(453.034)	(318.610)	(661.245)	(462.486)
Outras contas ativas e passivas	(50.310)	495.444	31.301	575.318
Encargos financeiros pagos	(765.889)	(944.695)	(881.948)	(610.488)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(824.517)	(615.987)	(1.405.818)	(1.170.339)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(24.142)	(18.603)	(294.251)	(318.191)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(98.828)	(165.811)	(165.736)	(245.207)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	330.444	1.159.444	23.262	23.262
	(617.043)	359.043	(1.863.805)	(1.710.975)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	609.455	1.592.834	2.725.046	3.561.566
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.660.884)	(2.195.949)	(2.921.852)	(4.331.474)
Créditos com partes relacionadas - Liberações	(138.903)	(600.498)	(123.778)	(701.927)
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos	461.043	709.013	1.035.240	1.341.160
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	13.405	2.674.585	33.512	2.674.585

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de capital					Reservas de lucro					Total da participação dos acionistas controladores
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subsídios para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal (39)	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Agio em transações de capital e variações de percentagens de participações	Outros resultados abrangentes	
Em 1 de janeiro de 2014	11.661.092	1.038.525	627.182	1.710	217.728		5.668.400	39			19.132.369
Realização de reserva especial Lei nº 8.200/1991											
Perda de contabilidade de "hedge"											
Ganho atuarial reflexo										(6.190)	(6.190)
Realização da reserva de investimentos							(112.268)	112.268		1.111	1.111
Lucro líquido do exercício								554.227			554.227
Destinação do lucro do exercício:											
Reserva legal											
Reserva de incentivos fiscais											
Deliberação de Juro sobre o Capital Próprio											
Em 31 de dezembro de 2014	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	5.556.132	(90.980)		3.633	19.063.455
Perda de contabilidade de "hedge"										(57.662)	(57.662)
Ganho atuarial reflexo										1.026	1.026
Variação de participação de investimentos										11.267	11.267
Prejuízo do exercício											
Realização da reserva de investimentos											
Em 31 de dezembro de 2015	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(90.980)		(41.736)	16.821.814
	11.661.092			1.667.378			3.626.060	(90.980)		(41.736)	16.821.814

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia" ou "TMAR"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. ("Oi" ou "Controladora").

A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na área de atuação na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 de referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço de Telefonia Fixa Computado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 30 de março de 2016.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2016, tendo continuidade no processo de reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas direta da Companhia, iniciado em 2012, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre as incorporações da BRT Serviços de Internet S.A. ("BRT") e da Telemar Internet Ltda. ("Telemar Internet") pela Oi Internet S.A. ("Oi Internet"), com a extinção das duas sociedades incorporadas.

A unificação das operações da BRT e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por essas sociedades, trará consideráveis benefícios da ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2015	Indireta 2015	Direta 2014	Indireta 2014
Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel")	Telefonia móvel - Região II	100%		100%	
Pago Empreendimentos S.A. ("Pago")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Pago Acquire Gestor de Pagamentos Ltda. ("Pago Acquire")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Pago Administradora de Crédito Ltda. ("Pago Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Copert 4 Participações S.A. ("Copert 4")	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Copert 5 Participações S.A. ("Copert 5")	Investimentos em propriedades				
Telemar Internet Ltda. ("Telemar Internet") (i)	Internet		99,99%		0,01%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SEFEDE - Serviços de Rede S.A. ("Sevid")	Serviços de Rede	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BRT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
BRT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BRT Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BRT Call Center")	Serviços de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BRT Serviços de Internet S.A. ("BRTI") (i)	Holding	100%		100%	
Oi Internet S.A. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Oi Paraguay Comunicações S.R.L. ("Oi Paraguay")	Tráfego de dados		100%		100%
Porter Networks S.A. ("Porter")	Internet Wi-Fi		100%		100%
VEX Venezuela C.A.	Internet Wi-Fi		100%		100%
VEX Will S.A.	Internet Wi-Fi		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wi-Fi		40%		40%
VEX USA Inc.	Internet Wi-Fi		100%		100%
Porter Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wi-Fi		100%		100%
VEX Will Canadá Ltd.	Internet Wi-Fi		100%		100%
VEX Colômbia Ltda.	Internet Wi-Fi		100%		100%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wi-Fi		100%		100%
Porter Pina S.A.C.	Internet Wi-Fi		100%		100%
Biophyia SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades		100%		100%

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2015, conforme Nota 1.

As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2015	Indireta 2015	Direta 2014	Indireta 2014
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	50%		50%	
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financeira		50%		50%
Hispamer Satélites S.A. ("Hispamer")	Operação de Satélites	19,04%		19,04%	
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras		29,90%		29,90%

A controladora Oi anunciou em 9 de março de 2016 a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitir continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil. A Oi também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em sustentabilidade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.

As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados através para os clientes, preço de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2014.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidos pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Demonstrações Financeiras Individuais
As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

(b) Principais políticas contábeis
Critérios de consolidação das controladas pelo método integral
A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;

- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Moeda funcional e de apresentação
A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$). Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa e operações de "hedge" de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente
Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e
- o ganho e a perda de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Combinações de negócios
A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa
Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras
As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisões para ajustes ao valor recuperável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber
As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa da provisão para a perda de valor recuperável de realização é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoque
Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manufatura, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda
Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuído. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são registradas em outros resultados abrangentes de divida disponível para venda não reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos
Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado
O método está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que não sejam perdidos por redução ao valor recuperável em um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada é o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O custo atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e (ii) sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo do ativo menos o custo de vender o ativo em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existem UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são unidades identificáveis de negócios da Companhia com capacidade de geração de caixa.

As projeções de VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

• Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;

• Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras;

Para os ativos de vida útil indefinida e indefinidos, os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base em projeções do valor em uso, as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o ajuste dos ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste a valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão sujeitos ao custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A Companhia adota a prática de contabilidade de "hedge" para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de "hedge" são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária ("dollar offset").

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de "hedge" são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de "hedge" os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge" de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada "Outros resultados abrangentes", líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de "hedge" são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de "hedge" e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de "hedge" continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de "hedge" são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do exercício no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não reconhece as contribuições pagas para o plano de contribuição definida, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação e o custo de capital de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, que é pago até abril do ano seguinte ao de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais reflexas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente ao ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo da medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e de seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que completam a execução futura são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outros transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base na legislação prevista na legislação tributária vigente no final de cada período relacional, ou em uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as

consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável certeza de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários convertíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, as vendas, os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir das expectativas e premissas utilizadas na mensuração das estimativas foram diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do preço pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinar receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão de redução de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que a Administração deixou de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método do custo menos o valor residual estimado, baseado no prazo de vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar se há evidências objetivas de que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo do ativo menos o custo de vender o ativo em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existem UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

Os testes de recuperabilidade ("impairment") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("goodwill") a Companhia testa, no mínimo, os ativos em grupos e, quando apropriado, os ativos em unidades de negócio. Os testes de recuperabilidade são aplicados quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre o valor justo e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser afetadas por mudanças nas condições econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e civil, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinar receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de receita que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia reconhece regularmente os ativos e passivos tributários diferidos quando a recuperação das diferenças prováveis para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

Os ganhos e perdas atuariais reflexas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

IFRS 9 - "Financial Instruments" (Instrumentos financeiros) - substitui as orientações existentes nas IAS 39 - "Financial Instruments: Recognition and Measurement" (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de avaliação de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referência mais é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers" (Receita de Contratos com Clientes) - exige que a entidade reconheça o resultado de uma transação com o cliente quando a entidade tem o direito de receber em troca do controle de um bem ou serviço. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A IFRS 15 é aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. As entidades podem optar por adotar a norma retroativamente ou utilizar uma abordagem de transição modificada, que corresponde a adotar a norma retroativamente apenas em contratos que não correspondam a contratos concluídos na data da adoção inicial. A Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 19 - "Employee Benefits" (Benefícios a Empregados) - Plano de Benefício Definido: Contribuições dos Empregados - a alteração da norma possui adoção obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2016 e esclarece o tratamento contábil a ser dado às contribuições de empregados ou terceiros em um plano de benefício definido. De acordo com as alterações introduzidas, contribuições arbitrárias feitas por empregados ou terceiros reduzem o custo do serviço pelo pagamento dessas contribuições para o plano. A alteração requer aplicação retroativa. A Companhia está avaliando os impactos no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 11 - "Accounting for Acquisitions of Interest in Joint Operations" (Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) - aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, a IFRS permite adoção antecipada. As alterações fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta quando os ativos controlados pelo CFC e da CVM de forma conjunta, conforme definido na IFRS 3 - Combinações de Negócios. A Companhia está avaliando os impactos no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IAS 1 - "Disclosure Initiative" (Iniciativa de Divulgação) - as alterações são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. A aplicação fornece orientações relacionadas à apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os impactos no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em dezembro de 2015, o Conselho do CFC e da CVM de forma conjunta, conforme definido na IFRS 3 - Combinações de Negócios, as atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CFC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Mensuração contábil	2015			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e contas bancárias	195.166	195.166	303.754	303.754
Equivalentes de caixa	1.207.338	1.207.338	1.968.468	1.968.468
Aplicações financeiras	67.779	67.779	242.054	242.054
Cotas a receber (iv)	3.921.861	3.921.861	6.982.060	6.982.060
Custo amortizado	963.702	963.702	965.438	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	1.547.290	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	184.485	184.485	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para venda (i)	103.500	103.500	103.500	103.500
Passivo				
Fornecedores (iv)	1.860.118	1.860.118	4.995.973	4.995.973
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (ii)	13.625.179	13.625.179	15.381.781	15.381.781
Debêntures	50.023	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	88.505	88.505	98.505	98.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	850.559	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (ii)	270.218	270.218	918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (i)	270.218	270.218	315.434	315.434

Mensuração contábil	2014			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e contas bancárias	236.618	236.618	440.162	440.162
Equivalentes de caixa	942.171	942.171	1.457.737	1.457.737
Aplicações financeiras	147.198	147.198	280.198	280.198
Cotas a receber (iv)	4.128.424	4.128.424	6.411.775	6.411.775
Custo amortizado	1.155.846	1.155.846	1.671.965	1.671.965
Instrumentos financeiros derivativos	771.331	771.331	771.331	771.331
Dividendos e juros sobre capital próprio	197.334	197.334	250.101	250.101
Ativo financeiro disponível para venda (i)	250.101	250.101	250.101	250.101
Passivo				
Fornecedores (iv)	1.878.763	1.878.763	4.161.355	4.161.355
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (ii)	10.283.765	10.283.765	13.615.170	13.615.170
Debêntures	47.011	47.011	47.011	47.011
Instrumentos financeiros derivativos	95.086	95.086	95.086	95.086
Dividendos e juros sobre capital próprio	851.702	851.702	853.419	853.419
Autorizações e concessões a pagar (ii)	76.949	76.949	1.321.887	1.321.887
Programa de refinanciamento fiscal (i)	423.850	423.850	470.313	470.313

(i) Corresponde a 1,54% de participação acionária na Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - "Pharol").

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da Pharol e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da Pharol não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Pharol. Desta forma, a TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia aprovou desvalorização no valor justo das ações da Pharol no montante de R\$ 146.601 (2014 - R\$ 664.115), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 96.756 (2014 - R\$ 438.315).

Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, a Companhia reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de cotas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias segue considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados indesejáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de risco de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Hierarquia do valor justo	2015			
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Ativos				
Caixa e contas bancárias	Nível 1	195.166	236.618	303.754
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.207.338	942.171	1.457.737
Aplicações financeiras	Nível 2	67.779	147.198	242.054
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.547.290	771.331	1.547.290
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1	103.500	250.101	103.500
Passivos				
Fornecedores	Nível 2	98.505	95.086	98.505
Instrumentos financeiros derivativos				

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Cotas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das futuras;
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações;
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais;
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos. O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com as políticas, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contrar no ano final em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados com o uso de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro da Operação. Com base em tal análise, a Diretoria aprova anualmente com o Conselho de Administração, uma diretriz a ser seguida em cada ano fiscal.

Para o devido gerenciamento, a Companhia poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A contratação de tais instrumentos depende dentre outros fatores da disponibilidade de limite de crédito junto aos bancos. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits") e depósitos em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 24,98% (2014 - 12,40%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 49,1% (2014 - 35,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 100,0% (2014 - 100,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

Mensuração contábil	2015			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	32.920	32.920	24.985	24.985
Equivalentes de caixa	565.967	565.967	160.862	160.862
Aplicações financeiras	61.487	61.487	81.922	81.922
Ativo financeiro disponível para venda	103.500	103.500	250.101	250.101
Instrumentos financeiros derivativos	1.547.290	1.547.290	771.331	771.331
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	6.002.627	6.002.627	3.177.089	3.177.089
Instrumentos financeiros derivativos	95.934	95.934	87.592	87.592

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Vencimento (anos)	2015		2014	
	Valor justo	Valores a pagar/receber	Valor justo	Valores a pagar/receber
3,0 - 6,4	410.942	133.545	410.942	133.545
0,1 - 5,1	187.179	545.222	187.179	545.222

Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$

Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$

Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")

US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na porta ativa desses instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na porta passiva desses instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquele moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Ganho (perda) com "swap" cambial	1.076.420	207.839	1.076.420	207.839
Operações de termo em moedas	27.460	(85.004)	27.460	(85.004)
Total	1.103.880	122.835	1.103.880	122.835

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge":

Saldo inicial	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Resultado dos "hedges" designados	(80.225)	(80.225)	(80.225)	(80.225)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(6.553)	(6.553)	(6.553)	(6.553)
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva	29.459	29.459	29.459	29.459
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(57.335)	(57.335)	(57.335)	(57.335)
Saldo final	(114.654)	(114.654)	(114.654)	(114.654)

a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2015. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	2015		2015	
	2015	2014	2015	2014
Cenário Provável				
Dólar	3,90480	0%	3,90480	0%
Euro	4,25040	0%	4,25040	0%
Cenário Possível				
Dólar	4,88100	25%	4,88100	25%
Euro	5,31300	25%	5,31300	25%
Cenário Remoto				
Dólar	5,85720	50%	5,85720	50%
Euro	6,37560	50%	6,37560	50%

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Operação	2015			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	6.089.821	7.612.276	9.134.732
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.477.039)	(6.846.299)	(8.215.559)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(628.738)	(785.824)	(943.109)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(32.920)	(41.150)	(49.380)
Total vinculado a taxas de câmbio		(48.877)	(61.097)	(73.316)

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 89,3% (2014 – 90,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros fixas. Após as operações de derivativos, cerca de 93,4% (2014 – 93,1%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros fixas. A exposição mais relevante à taxa de juros para o encerramento da Companhia e de suas controladas após operações de "hedge" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "hedge". Porém, como a caixa da Companhia e de suas controladas está aplicada principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	641.371	641.371	756.324	756.324
Aplicações financeiras	6.292	6.292	65.276	65.276
Créditos com partes relacionadas	963.702	963.702	1.155.846	1.155.846
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11.699.390	11.699.390	8.443.581	8.443.581
Instrumentos financeiros derivativos	2.571	2.571	7.494	7.494
	Consolidado			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.401.862	1.401.862	1.269.508	1.269.508
Aplicações financeiras	180.567	180.567	198.276	198.276
Créditos com partes relacionadas	965.438	965.438	1.671.965	1.671.965
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13.192.748	13.192.748	10.697.564	10.697.564
Instrumentos financeiros derivativos	2.571	2.571	7.494	7.494

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros fixas da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora		Consolidado	
	Valor justo		Valor justo	
	Valores a (pagar)/a receber		Valores a (pagar)/a receber	
	Vencimento	2015	2014	
Contratos de "swap" USS LIBOR/Pré	0,5			(1.413)
	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora		Consolidado	
	Valor justo		Valor justo	
	Valores a (pagar)/a receber		Valores a (pagar)/a receber	
	Vencimento	2015	2014	
Contratos de "swap" USS LIBOR/Pré	< 1 ano	(2.571)		(6.081)

Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré

Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré
As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "swap" de taxa de juros
US\$ LIBOR/ US\$ Pré: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas fixas. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na porta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos em Dólar, indexados à LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada por taxa fixa. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lástiro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	(3.152)	(21.172)	(3.152)	(21.172)
Total	(3.152)	(21.172)	(3.152)	(21.172)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge".

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial			476	476
Resultado dos "hedges" designados			455	455
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva			(1.177)	(1.177)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"			246	246
Saldo final				

b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. Antes do encerramento do trimestre, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação desta taxa, desta vez para 7,5% a.a., em vigor a partir de 1 de janeiro até 31 de março de 2016.

	Cenários de taxas de juros			
	Cenário provável		Cenário possível	
	CDI	TJLP	LIBOR 6M	USD
	14,14%	7,0%	0,84615%	17,68%

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que dariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Controladora				
	2015	2014	2015	2014	2015
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	
Dívidas em CDI	Alta do CDI	534.262	640.864	745.785	
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	614.764	754.938	872.084	
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	455.506	542.139	632.592	
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	415.167	510.279	547.126	
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(120.218)	(126.994)	(138.779)	
Total vinculado a taxas de juros		1.899.481	2.321.226	2.658.808	
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	
Dívidas em CDI	Alta do CDI	534.262	640.864	745.785	
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	614.764	754.938	872.084	
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	721.332	857.491	909.545	
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	415.167	510.279	547.126	
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(120.218)	(126.994)	(138.779)	
Total vinculado a taxas de juros		2.165.307	2.636.578	3.025.761	

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinanciar dívidas.

A Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações e com a posição de liquidez existente no balanço.

Faço ao atual cenário econômico dos mercados onde o grupo Oi atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo, a controladora Oi anuncia em 9 de março de 2016, a contratação da PFT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	2.651.423	7.993.222	3.281.479	445.511	14.371.635
Debitivos (ii)	534.766	65.634	16.848		617.248
Fornecedores (iii)	33.945	91.773	61.181	86.319	270.218
Programa de refinanciamento fiscal (iv)					

Em 31 de dezembro de 2015

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	3.020.731	9.338.428	3.613.600	446.894
Debitivos (ii)	1.042.755	65.634	16.848	
Fornecedores (iii)	911.830	6.294	313	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	35.739	107.127	71.419	101.149
Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.				

(i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;

(ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e

(iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL, relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

(iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações, amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplência em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantidade disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.615.892	15.309.276	31.621.219	32.846.177
Deduções da receita bruta	(3.187.762)	(3.709.260)	(9.914.752)	(9.975.332)
Tributos	(3.162.927)	(3.702.325)	(6.350.459)	(6.884.003)
Outras deduções	(24.835)	(6.535)	(3.564.293)	(3.091.329)
Receitas de vendas e/ou serviços	10.428.130	11.600.016	21.706.467	22.870.845

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços de terceiros	(2.445.826)	(2.563.907)	(5.356.865)	(5.315.736)
Depreciação e amortização	(2.100.611)	(1.750.355)	(3.938.397)	(3.540.194)
Aluguéis e seguros	(1.471.902)	(1.297.261)	(3.460.067)	(3.054.483)
Pessoal	(730.159)	(735.549)	(1.964.246)	(1.910.093)
Interconexão	(2.051.387)	(3.037.920)	(1.575.478)	(2.231.249)
Serviço de manutenção da rede	(1.420.758)	(1.444.395)	(1.289.092)	(1.345.674)
FISTEL	(22.736)	(21.319)	(670.314)	(674.072)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183.490)	(163.234)	(461.274)	(415.327)
Publicidade e propaganda	(46.998)	(284.927)	(369.737)	(748.311)
Custos de aparelhos e outros materiais	(96.772)	(96.306)	(201.669)	(301.018)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(52.300)	(76.949)	(58.507)	(83.678)
Outros custos e despesas	(29.673)	(42.443)	(56.742)	(75.757)
Total	(10.652.602)	(11.514.565)	(19.778.232)	(20.497.571)

Classificados como:

Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.755.664)	(8.138.108)	(13.347.148)	(13.415.718)
Despesas com vendas	(1.777.582)	(2.226.421)	(3.958.710)	(4.703.171)
Despesas gerais e administrativas	(1.119.356)	(2.424.374)	(2.472.374)	(2.778.682)
Total	(10.652.602)	(11.514.565)	(19.778.232)	(20.497.571)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	567.746	556.156	725.379	759.178
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	330.694	113.298	340.170	122.379
Multas	76.304	79.837	119.331	123.136
Serviços técnicos e administrativos	64.427	58.028	40.730	43.572
Dividendos recebidos	921	10.116	921	10.116
Juros sobre alienação de investimentos (i)	2.463.209		2.457.025	
Outras receitas	21.598	14.336	71.378	18.120
Total	1.061.690	3.294.980	1.297.909	3.533.526
Outras despesas operacionais				
Tributos	(282.832)	(311.346)	(663.395)	(737.841)
Provisões/reversões	(231.511)	(253.247)	(419.196)	(415.819)
Participação de empregados e administradores	(84.785)	(130.279)	(156.144)	(192.947)
Multas	(28.830)	(56.166)	(46.998)	(92.174)
Baixa de imobilizado	(36.604)	(27.021)	(41.103)	(29.534)
Descontos concedidos	(28.426)	(23.730)	(29.229)	(23.769)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos			(90)	(103)
Outras despesas	(278.306)	(261.853)	(552.840)	(562.292)
Total	(971.294)	(1.063.636)	(1.928.963)	(2.084.479)

(i) Alienação das torres móveis através da venda dos investimentos na Carypocase Participações S.A. (R\$ 1,3 bilhão) e Tupã Torres S.A. (R\$ 1,1 bilhão), vide Nota 27.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	357.426	272.475	451.733	378.146
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	135.009	123.429	217.461	181.230
Rendimentos de aplicações financeiras	3.580	54.822	87.942	151.651
Dividendos recebidos		32.960		32.060
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	53.410	24.891	59.041	26.757
Outras receitas	74.384	57.549	86.513	116.445
Total	605.229	603.727	695.187	689.299

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes das tributações	(1.572.584)	1.131.059	(1.108.505)	1.528.514
Total do resultado tributado	(1.572.584)	1.131.059	(1.108.505)	1.528.514
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	534.679	(384.560)	376.892	(519.695)
Equivalência patrimonial	105.185	179.454	(1.597)	(2.580)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(20.851)	197.869	(1.087)	210.141
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (ii)	1.507	1.504	5.150	35.986
Exclusões (adições) permanentes (iii)	(89.170)	(581.628)	(13.981)	(685.523)
Provisão para perdas de créditos fiscais diferidos (iv)	(1.050.950)		(1.050.950)	
Ativo fiscal diferido não constituído (v)			(236.725)	(46.917)
Ativo fiscal diferido constituído				52.438
Efeitos de Taxas de Impostos diferenciadas (vi)			(2.490)	(5.027)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(520.600)	(587.341)	(924.788)	(961.177)

(i) Em 2015, refere-se a compensação do Parcelamento PRORELIT no montante de R\$ 129.191 e baixa de parte de contingência ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 32.893. Em 2014, refere-se a baixa de créditos prescritos e constituição de saldo negativo de 2010.

(ii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(iii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas, prescrição de dividendos e baixa de créditos fiscais não recuperáveis. Em 2014, os principais efeitos estão associados a amortização de ágio (período pré-incorporação), quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º da Lei 13.043/2014.

(iv) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 11).

(v) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(vi) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

As Demonstrações Financeiras finais em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pela Lei nº 12.973/2014.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 ("PLV 02/2014"), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397/2013"). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime em vigor até 31 de dezembro de 2014 para os não optantes pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014.

Resalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, cujas alterações, em relação ao texto original, não alteram as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei, passando a sujeitar-se às suas disposições desde 1 de janeiro de 2015.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são classificadas como medidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e contas bancárias	195.166	236.618	303.754	440.162
Equivalentes de caixa	1.207.338	942.171	1.968.468	1.457.737
Total	1.402.504	1.178.789	2.272.222	1.897.899

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
"Time Deposits"	749.415	169.528	749.415	169.528
Operações compromissadas	331.635	244.830	830.430	534.532
CDB - Certificado de Depósito Bancário	104.798	517.258	365.334	739.855
Outros	21.490	10.555	23.289	13.822
Equivalentes de caixa	1.207.338	942.171	1.968.468	1.457.737

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Títulos privados			105.386	92.819
Títulos públicos	6.293	65.277	75.181	105.458
Outros	61.486	81.921	61.487	81.921
Aplicações financeiras	67.779	147.198	242.054	280.198
Circulante	67.779	147.198	136.668	187.379
Não circulante			105.386	92.819

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços faturados	3.673.925	3.714.990	5.480.063	4.718.437
Serviços a faturar	290.665	436.948	906.628	862.483
Aparelhos e acessórios vendidos			627.345	1.013.157
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.729)	(23.514)	(231.976)	(182.302)
Total	3.921.861	4.128.424	6.982.060	6.411.775

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	3.173.382	3.120.566	5.964.539	4.988.914
Vencidas até 60 dias	431.038	771.635	672.210	1.019.794
Vencidas de 61 a 90 dias	68.676	57.208	112.217	102.849
Vencidas de 91 a 120 dias	56.232	51.012	94.501	89.489
Vencidas de 121 a 150 dias	65.398	48.269	102.525	81.744
Vencidas acima de 150 dias	169.664	103.248	268.044	311.287
Total	3.964.590	4.151.938	7.214.036	6.594.077

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 01/01/2014			(89.652)	(295.731)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(163.234)	(415.327)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			229.372	528.756
Saldo em 2014			(23.514)	(182.302)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(183.490)	(461.274)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			164.275	411.600
Saldo em 2015			(42.729)	(231.976)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo		Passivo	
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributos correntes a recuperar				
CS a recuperar (i)			73.923	77.881
IR a recuperar (ii)			195.268	200.410
IRRF / CS - Impostos retidos na fonte (ii)			165.976	160.724
Circulante			165.976	429.015
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre diferenças temporárias (iii)			671.862	814.002
CS sobre diferenças temporárias (iii)			192.617	243.201
IR sobre prejuízos fiscais (iii)			499.212	734.382
CS sobre base negativa (ii)			179.716	332.403
Subtotal - Tributos diferidos a recuperar			1.543.407	2.123.988
Outros tributos diferidos a recuperar (iv)			4.280	11.288
Não circulante			1.547.687	2.135.276
Total			2.402.949	3.222.551

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	8.791	24.107	165.402	237.374
Contribuição social a pagar	3.225	8.795	60.910	91.181
Circulante	12.016	32.902	226.312	328.555

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuos, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. Para as companhias que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2015, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os créditos tributários, foram constituídas provisões para perdas no montante R\$ 1.050.950.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos na sua totalidade no montante R\$ 454.319 (2014 - R\$ 217.655). A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2017	2016	2017
2016				
2017				
2018				
2019			184.239	317.878
2020			227.110	227.238
2021 a 2023			856.561	856.561
2024 a 2025			275.497	275.497
Total			1.543.407	2.379.327

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2014	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Saldo em 2015	Reconhecido no resultado IR/CS diferido
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias	33.192	(7.909)	25.283	
Provisão para participação nos lucros	451.457	(66.517)	384.940	
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	428.217	36.988	465.205	
Variações cambiais	231.714	(32.267)	199.447	
Outras adições/exclusões temporárias	(87.209)	(152.724)	(239.933)	
Contabilidade de "hedge"	(168)		29.537	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Provisão para perda		(1.050.950)	(1,050.950)	
Prejuízos fiscais	734.382	570.713	(85.473)	1.219.622
Base negativa de CSLL	332.403	208.624	(30.771)	510.256
Total imposto diferido ativo	2.123.988	(494.042)	29.705	(116.244)

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2014	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Saldo em 2015	Reconhecido no resultado IR/CS diferido
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias	99.997	498	100.495	
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	54.515	(14.139)	40.376	
Provisão para participação nos lucros	206	(966)	(1.288)	
Provisões para fundos de pensão	530.132	(67.797)	462.335	
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	490.683	46.721	537.404	
Variações cambiais	231.708	(32.261)	199.447	
Outras adições/exclusões temporárias	51.781	(202.454)	(150.673)	
Contabilidade de "hedge"	(168)		29.537	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Provisão para perda		(1,050.950)	(1,050.950)	
Prejuízos fiscais	1.216.932	490.379	(142.056)	1.565.255
Base negativa de CSLL	516.308	182.221	(51.140)	647.389
Total imposto diferido ativo	3.192.094	(648.774)	29.177	(193.196)

12. OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS a recuperar (i)	573.261	684.268	914.321	1.098.262
PIS/COFINS	112.922	92.070	181.310	164.589
Outros	56.066	67.567	81.954	87.040
Total	742.249	844.005	1.177.585	1.349.891
Circulante	419.953	487.572	712.363	806.748
Não circulante	322.296	356.433	465.202	543.143

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	326.590	307.354	752.893	756.974
ICMS	237.606	247.463	460.752	430.128
PIS/COFINS	64.807	64.658	281.856	219.286
ICMS Convênio nº 69/1998	10.942	39.161	15.139	63.402
Outros	14.532	107.032	69.725	145.691
Total	654.477	765.668	1.580.365	1.615.481
Circulante	327.100	430.833	782.281	829.366
Não circulante	327.377	334.835	798.084	786.115

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cíveis	1.859.159	1.686.782	2.171.649	1.952.704
Tributários	1.336.336	1.340.955	1.878.739	1.827.174
Trabalhistas	940.290	790.777	1.012.683	846.045
Total	4.135.785	3.818.514	5.063.071	4.625.923
Circulante	324.885	224.723	370.778	252.043
Não circulante	3.810.900	3.593.791	4.692.293	4.373.880

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora	
--	--------------	--

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos**Financiamento em moeda nacional****Bancos de Desenvolvimento**

A Companhia, a Oi e a Oi Móvel, contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

No decorrer de 2015, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 307.836 milhões na controladora e R\$ 2.559.450 milhões no consolidado.

Adicionalmente, a Companhia e a Oi Móvel possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2009, 2012 e 2014 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Financiamentos em moeda estrangeira**Linhas de crédito de ECA**

A Companhia contratou financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em dezembro de 2015, a Companhia contratou novas Linhas de Crédito junto ao CDB ("China Development Bank") no valor total de US\$ 1.200 milhões que visam apoiar o refinanciamento de suas dívidas da controladora O.S.A. e financiar a compra de equipamentos e serviços da "Huawei Technologies". Foram desembolsados um total de US\$ 632,5 milhões (R\$ 2.391 milhões).

A Companhia possui vigentes contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – "Swedish Export Corporation", CDB – "China Development Bank", ONDD – "Office National Du Ducreiro" e FEC – "Finnish Export Credit".

Debêntures públicas

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2015	2014	2015	2014
TMAR	2ª	RS 31 milhões	2021	50.023	47.011	50.023	47.011
				50.023	47.011	50.023	47.011

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia, da Oi Móvel e aval da Oi e das companhias, no montante de R\$ 2.683.584 (2014 - R\$ 4.864.430).

Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e Oi Móvel e aval da TMAR, no montante de R\$ 146.484 (2014 - R\$ 192.742).

"Covenants"

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, da Companhia e da Oi Móvel, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Oi S.A., onde em 2015 foi obtido "waiver" temporário para a apuração de "covenant" financeiro correspondente à razão Dívida Bruta Total da Companhia/EBITDA.

De acordo com os termos dos "waivers" obtidos, a Oi deverá manter um "ratio" Dívida Bruta Total/EBITDA não maior que 6,00 vezes durante o prazo concedido no "waiver", que terminou em 31 de dezembro de 2015 e, posteriormente ainda em 2015, a Oi obteve novos "waivers" temporários junto dos seus credores, onde ficou acordada a alteração do "covenant" financeiro para a razão Dívida Líquida Total da Companhia/EBITDA o qual deverá ser igual ou inferior a 6,00 vezes. A Companhia e/ou a Oi Móvel e/ou a Oi pretende obter novos "waivers" dos credores que eventualmente concordarem prazos inferiores a 31 de dezembro de 2016 de forma temporária.

Adicionalmente, a maioria dos "waivers" temporários aplicáveis até 31 de dezembro de 2016 requerem que a Oi e suas controladas usem o caixa recebido na venda da PT Portugal para pagamento de dívidas ou no processo de consolidação do setor das telecomunicações no Brasil.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2015 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	1.546.884	758.843	1.546.884	758.843
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	406	12.488	406	12.488
Total	1.547.290	771.331	1.547.290	771.331
Circulante	378.477	103.159	378.477	103.159
Não circulante	1.168.813	668.172	1.168.813	668.172
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	45.261	87.244	45.261	87.244
Contratos de "swap" - taxa de juros	2.571	7.494	2.571	7.494
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	50.673	348	50.673	348
Total	98.505	95.086	98.505	95.086
Circulante	98.505	79.845	98.505	79.845
Não circulante		15.241		15.241

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
SMP				
Concessões STFC	76.949	905.601	76.949	1.238.209
Total	76.949	905.601	76.949	1.238.209
Circulante	76.949	911.500	76.949	635.912
Não circulante		6.607		685.975

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações. A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2016				
2017				
2018				
2019				
Total	918.537	918.537	918.537	918.537

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013				
REFIS II - PAES	270.218	422.238	315.434	468.323
Total	270.218	422.238	315.434	468.323
Circulante	30.945	36.731	36.731	41.451
Não circulante	239.273	387.119	279.695	426.862

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Principal	43.004	5.335	112.948	161.287
Multas	47.072	2.752	33.288	83.112
Juros	17.936	65	16.242	34.042
Total	128.012	8.152	162.478	278.441
COFINS	43.004	5.335	112.948	161.287
Imposto de renda	47.072	2.752	33.288	83.112
IRIS	17.936	65	16.242	34.042
Contribuição social	12.942	818	7.323	21.083
INSS	763	953	4.505	6.221
CPMF				245
Outros	1.725	770	6.993	9.488
Total	123.442	10.693	181.299	315.434

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2016				
2017				
2018				
2019				
2020				
2021 a 2023				
2024 a 2025				
Total	270.218	422.238	315.434	468.323

Os refinanciamentos nos termos da Lei nº 11.941/2009 e 12.865/2013 foram pactuados em 180 meses. As empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos da Companhia e de suas controladas incluem nos referidos parcelamentos estão divididos em diversas modalidades, determinadas pela natureza do título (previdenciário ou não) e pelo órgão responsável pela administração da dívida (RFB - Receita Federal do Brasil ou PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao novo programa de parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014, no qual podem ser incluídos débitos relativos a tributos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013. Ao formalizar a sua adesão ao novo programa, a Companhia optou por efetuar o pagamento dos débitos em 30 prestações mensais.

Em novembro de 2014, os saldos dos novos parcelamentos formalizados pela Companhia e suas controladas nos termos do art. 2º da Lei nº 12.996/2014 foram integralmente quitados na forma prevista pelo art. 33 da Lei nº 13.043/2014, ou seja, mediante a compensação de 70% desses valores com montantes de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de CSLL, próprios das sociedades, com o pagamento em espécie do saldo remanescente de 30%. Os requisitos previstos no mencionado diploma legal, e no ato administrativo que regulamentou a sua aplicação foram integralmente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos, incluindo o recolhimento dos valores cujo pagamento deveria ser feito em espécie, ficando as compensações efetuadas sujeitas à análise e confirmação pela Receita Federal do Brasil.

21. PROVISÕES**Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributárias				
(i) ICMS	210.412	204.386	277.197	270.734
(ii) ISS	64.869	58.587	71.070	71.130
(iii) ILL	6.882	20.691	6.882	20.691
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	27.162	26.114	29.008	28.101
(v) Demais ações	54.678	36.244	62.423	43.143
Total	364.003	346.022	446.580	433.799

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas				
(i) Horas extras	83.603	198.572	101.636	213.433
(ii) Indenizações	29.566	70.646	44.049	80.653
(iii) Adicionais diversos	54.423	66.873	63.979	75.909
(iv) Estabilidade / reintegração	23.360	45.321	32.778	52.112
(v) Complemento de aposentadoria	15.356	29.329	15.811	29.336
(vi) Diferenças salariais	7.537	19.966	9.681	21.132
(vii) Verbas rescisórias	4.440	11.650	8.499	13.429
(viii) Multas trabalhistas	5.719	11.138	6.881	11.581
Honorários advocatícios/periciais	8.135	9.239	10.931	11.491

(ix) Vínculo empregatício	6.490	5.348	6.801	5.469
(x) FGTS	1.546	3.335	2.164	3.537
(xi) Substancialidade	124	730	127	731
(xii) Demais ações	11.449	20.336	15.301	23.277
Total	252.748	492.183	318.718	542.086

Cíveis				
(i) ANATEL	757.816	730.191	803.576	775.262
(ii) Juizado Especial	84.533	77.764	153.344	134.087
(iii) Demais ações	264.811	267.133	282.205	304.459
Total	1.107.160	1.075.088	1.239.125	1.213.808
Total das provisões	1.723.911	1.913.293	2.004.423	2.189.693
Circulante	293.613	321.746	398.782	412.276
Não circulante	1.430.298	1.591.547	1.605.641	1.787.417

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	2015		2014	
Trabalhista				
Tributária	18.567.310	15.553.865	788.011	542.332
Cível	18.782.453	16.884.208		
Total	37.349.763	32.438.073	788.011	542.332

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	2015		2014	
Tributárias				
Adições / Reversões	433.504	501.512	1.008.076	1.840.092
Adições / Reversões	(5.290)	33.294	225.243	253.247
Adições / Reversões	(44.575)	(141.074)	(184.069)	(369.718)
Adições / Reversões	(37.617)	28.451	28.451	89.072
Total	346.022	492.183	1.075.088	1.913.293

	2015		2014	
Cíveis				
Adições / Reversões	36.363	(102.801)	297.949	231.511
Adições / Reversões	(62.314)	(116.743)	(310.429)	(489.486)
Adições / Reversões	43.932	(19.891)	44.552	68.583
Total	364.003	252.748	1.075.088	1.239.125

	2015		2014	
Tributárias				
Adições / Reversões	509.541	545.826	1.129.197	2.184.564
Adições / Reversões	8.833	47.414	359.572	415.819
Adições / Reversões	(55.263)	(154.743)	(319.048)	(529.054)
Adições / Reversões	(29.312)	103.589	44.087	118.364
Total	433.799	542.086	1.213.808	2.189.693

	2015		2014	
Cíveis				
Adições / Reversões	733	6.967	785	8.505
Adições / Reversões	46.300	(92.845)	465.741	419.196
Adições / Reversões	(85.760)	(129.679)	(501.246)	(716.685)
Adições / Reversões	51.508	(7.831)	60.037	103.714
Total	446.580	318.718	1.239.125	2.004.423

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

(i) Tributos estaduais – Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais.

(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) ILL - A Companhia comprou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face à autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

(vi) Horas extras - Refere-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

(ii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 628.324 (2014 - R\$ 611.470) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destacamos a cobrança efetuada a TMAP pelas autoridades previdenciárias (INSS) de julho de 2005; que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 de 01.04.2001 e da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$289.807 (2014 - R\$ 279.037).

(iv) Tributos federais - As autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 3.870.627 (2014 - R\$ 3.538.737). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

■ A Companhia possui diversos casos administrativos e judiciais de compensação, nos quais se discute crédito de pagamento a maior de PIS e COFINS, decorrente em sua maioria de alargamento de base de cálculo - Lei nº 9.718/98, exclusão da base de cálculo de receitas de interconexão, exclusão de receitas de telecomunicações do sistema cumulativo, bem como de pagamento a maior de IRPJ e CSLL. Esses casos totalizam R\$ 2.412.744 (2014 - R\$ 2.480.235) e segundo a avaliação dos advogados da companhia, o grau de risco atribuído a esses casos é possível.

■ IRRF - Múltiplo - A Receita Federal do Brasil autuou a TMAP no valor histórico de R\$ 160.083 (dez/2007) (2015 - R\$ 372.243) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. A imputação administrativa foi julgada parcialmente procedente. O recurso voluntário interposto pela Companhia foi provido quase que em sua integralidade pelo CARF, sendo certo que o recurso especial manejado pelo Procurador da Fazenda foi inadmitido pelo Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, tornando-se definitivo, assim, a decisão que reduziu a autuação fiscal em R\$ 249.434 (valores atualizados). Atualmente, encontra-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela companhia - e já admitido pela CSRF - contra a parcela do auto de infração mantida pelo CARF.

Trabalhistas: Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 354.023 (2014 - R\$ 542.332).

Cíveis: As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 861.120 (2014 - R\$ 788.011).

Garantias (iv) A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantidos com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 7.642.934 (2014 - R\$ 7.663.244) na controladora e R\$ 9.478.726 (2014 - R\$ 10.533.384) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
Receitas a apropriar	1.316.173	1.487.522	1.724.158
Adiantamentos de clientes	42.996	29.253	557.397
Valores a pagar a partes relacionadas	17.148	18.144	30.679
Conservação em favor de terceiros	9.361	8.996	6.996
Provisão para desmobilização de ativos	70.173	161.578	247.894
Outros	1.455.851	1.705.493	2.601.220
Total	1.455.851	1.705.493	2.457.352
Circulante	177.778	123.151	1.206.249
Não circulante	1.278.073	1.582.342	1.394.971

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Capital social é de R\$ 11.661.092 (2014 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

Quantidade (em milhares de ações)	
2015	2014
Ações ordinárias	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465
Total em circulação	344.497

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto. Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compra de ações e excutir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

(b) Reservas de capital

Reserva de ação na subscrição de ações
Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Reserva de doações e subvenções para investimentos
O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que foi herdado origin.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superar o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na compra de planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(d.1) Ajuste em transações de capital e variações de percentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital e transações com ações, na qualidade de participante, que não previram no pronunciamento ICPD nº 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(d.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio
Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei 6.404/76.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários e que fazem jus às ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e (ii) cumulativo de 3% ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido líquido pelo número total de ações da Companhia; (iii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iv) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 13.767/4, com recursos de incentivos fiscais.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2015 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2014 no montante de R\$ 554.227, acrescidos da realização da reserva especial Lei nº 8.200/1991 de R\$ 39 e da reversão da reserva de lucros de investimentos R\$ 112.268, foi destinado da seguinte forma: (i) para a constituição de reserva legal no valor de R\$ 27.773, (ii) para a constituição da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.759 e (iii) para o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 618.062, sobre os quais incide Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 92.709, que foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 2.196.272 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, será realizado o valor de R\$ 2.196.272 da reserva de investimentos para absorção do prejuízo do exercício.

(f) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2015	2014
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	(2.196.272)	554.227
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	(862.000)	247.807
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	(1.214.272)	306.420
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	190.465
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	(6,38)	1,61
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(6,38)	1,61

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que

estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2015.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BRT Multimídia e Oi Internet	FATL
BRTPREV	Oi Móvel, BRT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemapPrev	TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PBS-A	TMAR	FATL
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e TMAP	Sistel
Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social		
FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social		

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora". Os planos patrocinados são avaliados por aturais independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resources Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

Consolidado	
2015	2014
Plano BRTPREV	288
Circulante	252
Não circulante	36

Ativo reconhecido para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

Consolidado	
2015	2014
Plano TCSPREV	4.892
Circulante	53
Não circulante	4.839

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BRTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob nº 2002.0017-74.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esportiva de Participante do grupo BRTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBRT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esportiva de Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob nº 2000.0015-56.

A Contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A Contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% sobre a folha de salários dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob nº 2000.0065-74. A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação; e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esportiva de Participante do grupo TCSPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPPTS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esportivas do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

Plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2004. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2015, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido. As contribuições para o plano PBS-TNCP são determinadas com base em estudos atuariais preparados por aturais independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admissíveis pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição adicional: contribuição normal adicional do participante, deduzida das despesas administrativas; (iii) contribuição voluntária: elevada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

(iv) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição desstes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações de pagamento de benefícios por parte da Companhia.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, há mais pressão sobre a Companhia em cumprir a obrigação de contribuição definida. Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuais do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora				Planos de Assistência Médica
	2015				
	Planos de Pensão			PAMA	
PBS-Telemar	Telemar-Prev	PBS-A			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	242.108	2.704.907	3.048.999		
Juros sobre obrigações atuariais	27.446	308.055	343.562		
Custo do serviço corrente	80	2.157			
Contribuições de participantes vertidas no ano	43				
Benefícios pagos líquidos	(19.368)	(206.501)	(294.854)		
Constituição de obrigação atuarial				1.070.450	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(11.869)	(195.295)	(140.674)		
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	238.440	2.613.323	2.957.033	1.070.450	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	251.978	2.920.300	5.868.212		
Rendimentos dos ativos do plano	28.622	333.537	677.075		
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	114				
Pagamento de benefícios	(19.368)	(206.501)	(294.854)		
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos			(1.675.895)	2.007.048	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	9.788	2.479	455.770		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	271.134	3.049.815	5.030.308	2.007.048	
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(32.694)	(406.492)	(2.073.275)	(936.598)	
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	32.694	436.492	2.073.275	936.598	
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾					

	Controladora			
	2014			
	Planos de Pensão			
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	230.395	2.557.149	2.938.467	
Juros sobre obrigações atuariais	26.138	291.504	331.461	
Custo do serviço corrente	121	2.814		
Contribuições de participantes vertidas no ano	52			
Benefícios pagos líquidos	(17.973)	(204.413)	(279.368)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	3.375	57.853	58.439	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	242.108	2.704.907	3.048.999	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	258.076	2.996.642	5.486.560	
Rendimentos dos ativos do plano	29.422	343.496	632.900	
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	129			
Pagamento de benefício	(17.973)	(204.413)	(279.368)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(17.876)	(215.425)	28.119	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	251.978	2.920.300	5.868.211	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(9.870)	(215.393)	(2.819.212)	
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	9.870	215.393	2.819.212	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

	Consolidado							
	2015							
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar-Prev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.478	2.006	242.108	2.769.924	3.048.999	25.842	94	94
Juros sobre obrigações atuariais	165	236	27.446	315.487	343.562	2.940	10	
Custo do serviço corrente	33	58	80	2.600		62	4	
Contribuições de participantes vertidas no ano			43			18	1	
Benefícios pagos líquidos	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)		1.070.450
Constituição de obrigação atuarial								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(163)	3	(11.869)	(197.326)	(140.674)	(1.977)	(20)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.033	24.918	89	1.070.450
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.132	5.730	251.978	2.994.597	5.868.212	48.794	237	
Rendimentos dos ativos do plano	124	676	28.622	342.065	677.075	5.658	269	
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora								
Contribuições normais recebidas pelo plano			114			35	4	
Patrocinadora			71			17	3	
Participantes			43			18	1	
Pagamento de benefícios	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)		
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos					(1.675.895)			2.007.048
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(30)	789	9.788	9.633	455.770	(2.251)	(149)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.152	7.183	271.134	3.134.969	5.030.308	50.269	2.501	2.007.048
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	287	(4.892)	(32.694)	(455.610)	(2.073.275)	(25.351)	(2.412)	(936.598)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			32.694	455.610	2.073.275	25.351	2.412	936.598
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾	287	(4.892)						

	Consolidado							
	2014							
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar-Prev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.514	1.354	230.395	2.618.423	2.938.467	24.197	117	
Juros sobre obrigações atuariais	170	159	26.138	298.513	331.461	2.758	13	
Custo do serviço corrente	46	56	121	3.366		58	5	
Contribuições de participantes vertidas no ano			52			56	2	
Benefícios pagos líquidos	(71)	(10)	(17.973)	(208.510)	(279.368)	(1.835)		

Principais premissas atuariais adotadas

	2015							
	Planos de Pensão							
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar-Prev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,09%	N/A	10,61%	5,50%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Tábuas biométricas de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábuas biométricas de entrada em invalidez	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs
Tábuas biométricas de mortalidade de invalidez	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	N/A	5,10%	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	N/A	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%

	2014							
	Planos de Pensão							
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar-Prev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,08%	6,45%	5,5%	6,56% a 8,24%	N/A	10,45%	5,5%	5,5%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábuas biométricas de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábuas biométricas de entrada em invalidez	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs	Zimmermann Nchugs
Tábuas biométricas de mortalidade de invalidez	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	7,2%	8,2%	N/A	0% a 12%	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

N/A = Não aplicável.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2015

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2015.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e SISTEL são de 31 de agosto de 2015 e 31 de julho de 2015, respectivamente e para o PAMA é de 30 de junho de 2015, projetado para 31 de dezembro de 2015.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

Segmento do Ativo	BT/PTREV	TCS PREV	PBS-Telemar	Telemar Prev	PBS-A	PBS-TNCP	CEL PREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	10,00%	17,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

Segmento do Ativo	BT/PTREV	TCS PREV	PBS-Telemar	Telemar Prev	PBS-A	PBS-TNCP	CEL PREV	PAMA
Renda fixa	92,17%	84,25%	88,01%	91,40%	75,65%	98,93%	98,03%	100,00%
Renda variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	13,61%	13,61%	13,61%	13,61%
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,18%	0,01%	0,01%	0,01%
Investimentos no exterior	0,69%	0,72%	0,74%	0,70%	9,29%	9,29%	9,29%	9,29%
Imóveis	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	1,28%	1,06%	1,97%	1,97%
Empréstimos a participantes	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 90.971 na controladora e R\$ 139.855 no consolidado.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

(até o nível da holding Oi)

Ativo	2015	2014	2015	2014
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")	61.487	81.921	61.487	81.921
Oi Holanda	61.487	81.921	61.487	81.921
Contas a receber	954.947	800.686	399.093	499.004
SPSU	59.507	53.185	398.135	499.004
SPSU	958	78	958	
Oi Móvel	862.318	728.276		
Brt Multimídia	16.228	9.796		
Oi Internet	15.857	1.464		
Sereia	79	7.886		
Telemar Internet				
PGA				
Créditos com controladas	23.979	280.477	25.715	380.068
Oi	23.847	14.644	1.868	365.423
Oi Serviços Financeiros		264.793	23.847	14.645
Sereia	132	117		
Oi Móvel		923		
Dormio				
Debêntures	939.723	875.369	939.723	1.291.897
Oi	939.723	875.369	939.723	1.291.897
Dividendos a receber	184.485	197.334	27.940	
Brt Multimídia	20.500	22.970		
Telemar Internet		73.969		
Brt Serviços Financeiros	1.165	568		
Oi Móvel	1.214	67.500		
Copart 5	27.940	32.327	27.940	
Oi Internet	133.666			
Demais ativos	124.603	242	210.748	121
Oi	103	121	210.748	121
Oi Móvel				

Passivo	2015	2014	2015	2014
Fornecedores	537.149	510.808	1.071.077	700.833
Oi	183.709	168.606	1.071.077	700.833
Oi Móvel	129.731	317.205		
Sereia	15.421	24.969		
PGA	5.674			
Brt Multimídia	230			
Oi Internet	202.384	6		
Telemar Internet				
Empréstimos e financiamentos	2.684.640	1.195.219	3.164.547	707.802
Oi	2.086.734	670.530	3.164.547	707.802
Oi Móvel	590.050	469.002		
Brt Multimídia	7.303			
Oi Internet	553			
Telemar Internet		55.687		
Dividendos e juros sobre capital próprio	848.041	848.041	848.041	848.041
Oi	848.041	848.041	848.041	848.041
Demais obrigações	38.895	65.148	331.972	218.509
Oi	38.540	65.148	331.972	218.509
Oi Móvel	342			
Brt Multimídia	7			
PGA	6			

Receita	2015	2014	2015	2014
Receita dos serviços prestados	767.197	794.091	1.167.129	1.306.454
Oi	56.302	74.871	1.167.129	1.306.454
Oi Móvel	686.269	647.950		
Oi Internet	6.956	131		
Brt Multimídia	6.432	5.247		
Telemar Internet	770	3.177		
Sereia	468	217		
TNL PCS	135.009	123.429	217.461	181.230
Receitas financeiras	115.972	98.112	214.543	179.764
Oi	2.917	1.466	2.918	1.466
Oi Serviços Financeiros	13.468	20.046		
Sereia	2.607	3.295		
Oi Móvel	45	85		
Dormio		425		
TNL PCS				

Custos e despesas	2015	2014	2015	2014
Custos e despesas operacionais	(1.714.724)	(2.427.371)	(526.437)	(517.863)
Oi	(81.623)	(108.142)	(526.437)	(517.863)
Oi Móvel	(1.386.915)	(1.918.886)		
Sereia	(230.107)	(195.426)		
PGA	(5.674)			
Brt Multimídia	(374)	(2.356)		
Oi Internet	(29)	(63)		
Telemar Internet	(2)	(25)		
TNL PCS	(426.729)	(107.482)	(403.059)	(131.116)
Despesas financeiras	(306.289)	(85.664)	(403.059)	(131.116)
Oi	(106.017)	(21.040)		
Brt Multimídia	(8.721)			
Oi Internet	(5.123)			
Telemar Internet	(579)	(608)		
TNL PCS		(170)		

DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Bayard De Paoli Gontijo (Diretor Presidente)

Flavio Nicolay Guimarães (Diretor de Finanças)

Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)

Marco Norci Schroeder (Diretor)

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes

CRC-RJ 083.182

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Diretores e Ações da Telemar Norte Leste S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira individual e consolidada da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfase

Continuidade operacional

Sem revisar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 3.4.3 das demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração da controladora Oi S.A. para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa do Grupo Oi. Essas condições alçadas a eventual não concretização do plano descrito, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade dos negócios da Companhia.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

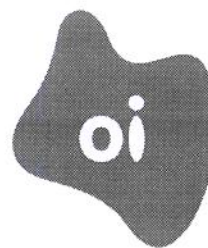
KPMG Auditores Independentes

CRC-SP-014428/O-4-F - RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4

Id: 1945742



DECLARAÇÃO

Apresentamos abaixo os índices contábeis da TELEMAR NORTE LESTE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, com base no balanço **de 31 de dezembro de 2015**.

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 0,78$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,04$$

$$\text{LS} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,02$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 1,57$$

$$\text{EG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = 0,64$$

$$\text{CT} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} = 1,75$$

$$\text{S} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo não Circulante}} = 2,73$$

Onde (em milhares de reais):

Ativo Total = 46.336.612

Ativo Circulante = 13.053.403

Ativo não Circulante* = 10.086.064

Estoques = 317.336

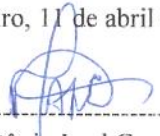
Passivo Circulante = 12.526.613

Passivo não Circulante = 16.988.185

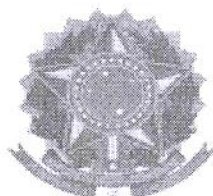
Patrimônio Líquido = 16.821.814

*Não inclui Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2016.



Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ- 083.182
Contador

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2016/00007322
Nome: MARCELO ANTONIO LEAL GOMES CPF: 023.372.847-35
CRC/UF n.º RJ-083182/O Categoria: CONTADOR
Validade: 23.10.2016
Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRC.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : 023.372.847-35 Controle : 9202.9516.9516.9829